

FORCES OF HABIT
Drugs and the making of the modern world.
DAVID T. COURTWRIGHT

Carlos Eduardo Martins Torcato

David T. Courtwright atualmente é professor da *University of North Florida*, especialista no tema da história da medicina, autor de alguns livros sobre uso e políticas públicas sobre drogas, como *Dark Paradise* (2001) – que apresenta a mudança de perfil, de mulheres de classe alta para homens de classe baixa, nos consumidores de opiáceos na primeira metade do século XX – e *Addicts who Survived* (2012) – que utiliza técnicas de história oral para reconstruir o mundo dos adictos. Seu projeto mais ambicioso, entretanto, foi apresentado em *Forces of Habit* (2001), pois contrariamente aos outros livros que são restritos à realidade estadunidense, este pretende dar inteligibilidade a uma história global das drogas na modernidade.

Forces of Habit começa na Filadélfia, terra de Anthony Colombo – trabalhador ocasional envolvido no pequeno contrabando – em 1926. Seu prontuário, obtido no hospital da cidade, apontava forte envolvimento com drogas: fumava ópio e cigarro todos os dias, tomava café, chá e whisky. Dizia que o ópio era importante para mantê-lo sóbrio para o trabalho e que não usava drogas pesadas, como barbitúricos ou cocaína. Sentia-se superior àqueles que se picavam. Esse caso é um exemplo do fenômeno conhecido como “revolução psicoativa” que envolve, tanto a ampliação da capacidade de alterar a consciência através dos recursos a diferentes fármacos, quanto a democratização de seu acesso. A história que CourtwrightCourtwright pretende apresentar é a dessa revolução e, pelos perigos que ela traz, da contra-revolução que foi necessária para contê-la.

A intensificação do comércio transoceânico ampliou enormemente o contato entre os povos e, com eles, os intercâmbios. Plantas, micro-organismos e animais foram transportados de um continente a outro. A batata e o milho deram a base material para a multiplicação da população mundial. As doenças dizimaram milhares de pessoas, principalmente na América. E as drogas transformaram a possibilidade dos homens de alterar suas consciências. É possível separar dois grandes grupos de drogas: as pertencentes a “Grande Árvore”, de grande expansão e de impossível contenção, que são o vinho, as aguardentes, o tabaco, as bebidas/comidas cafeinadas e o açúcar; as pertencentes a “Pequena Árvore”, de expansão planetária, porém limitada e que tornaram-se objeto de intervenção pública, que são o ópio e seus derivados, a canabis (expandida via complexos da ganja e da marijuana) e a coca e seus derivados. Se existem mais de duzentas plantas conhecidas com capacidade psicoativa, porque somente essas se tornaram mundiais?

É justamente isso que ele pretende apresentar na primeira parte do livro, intitulada *The Confluence of Psychoactive Resources*. Foram os europeus os responsáveis pela mundialização das drogas e, por isso, elas precisavam parecer atrativas para eles. Algumas drogas excelentes para

comercialização barravam em alguns obstáculos, como aversão inicial (apresentam gosto ruim ou provocam excreções estranhas), efeitos estéticos (deformação da face pela mastigação, mudanças na pele ou na cor dos dentes) e problemas logísticos (produtos que se deterioram muito rápido). Além disso, os cristãos possuíam enorme aversão às plantas alteradoras da consciência, conhecidas como alucinógenas ou visionárias. Com avanços tecnológicos e intercâmbios culturais é possível que plantas regionais, como o qat, betel ou kava tornem-se mundiais. Caso isso venha a ocorrer, estaríamos diante de uma catástrofe ambiental. Costuma-se medir os danos do uso de drogas pelos custos sociais e pessoais, porém os custos ambientais seriam piores – ampliariam-se as redes de comércio, substituiriam-se alimentos por drogas, desmatariam-se as florestas. A história de todas as drogas é uma história da expansão do consumo e da degradação ambiental.

Descrito, em grandes linhas, as principais drogas e sua expansão até se tornarem mundiais, ainda é preciso compreender as principais características desse mercado tão peculiar e é isso que Courtwright pretende na segunda parte do livro intitulada *Drugs and Commerce*. Todas as drogas apresentam trajetórias bastante similares: iniciam suas carreiras como preciosos e raros medicamentos, seu uso sai da esfera médica e se populariza, gerando alarde e intervenção social. A medicina foi fundamental na revolução psicoativa de quatro formas: através do isolamento dos alcalóides, invenção da medicação hipodérmica, das drogas semi-sintéticas e das sintéticas. Os médicos seriam incapazes de controlar por completo seus pacientes e, por isso, muitas vezes o uso sairia de âmbito legítimo, pois muitos remédios também possuiriam atrativos eufóricos. Os médicos começaram a se organizar para limitar a venda dos remédios autorais no século XIX, graças a sua venda indiscriminada. Hoje são os psiquiatras que têm acesso a essas substâncias e o dever ético de resguardá-las de qualquer uso que não seja estritamente terapêutico.

Por que as drogas não podem escapar do controle médico? Elas são substâncias perigosas e nossa constituição biológica/psicológica não está preparada para lidar com elas. Existem duas teorias naturalistas sobre as drogas: que elas são venenos desenvolvidos pelas plantas para espantar herbívoros (gerando efeitos ruins nos primeiros usos); que fazem parte de uma necessidade básica humana e dos animais. Segundo o autor, independente dessas teorias, o fato é que em situação de stresse, tanto pessoas, como animais as consomem em demasia. A civilização, em si, é uma forma de pressão e de prisão que levariam ao consumo desenfreado. Fato agravado na sociedade moderna industrial. Euforia e alívio são duas formas de expressão humana que são reguladas naturalmente em situações específicas – reprodução ou perigo. Fora desse contexto endógeno, a euforia e o alívio artificialmente produzidas geram crescente tolerância e o perigo de uma crise abstinencial. O consumo de drogas é independente de modismo e atravessa gerações, pois depois que ele se torna popularizado a elite não o abandona, como em outros casos, e sim refina as formas de uso. Elas também são centrais nas trocas sexuais e interpessoais, por isso a aversão inicial que provocam

acabam superadas por motivos culturais e sociais.

O uso compulsivo de drogas não ocorre em todos os usuários, porém em parte significativa deles. Existem duas teorias que procuram explicar o motivo pelo qual a pessoa abusa esse tipo de substância: a primeira percebe o abuso como decorrência da exposição das pessoas às drogas, por isso o uso segue crescendo mesmo com a proibição; a segunda defende que o abuso pertence ao âmbito individual e nem sempre é ligado às substâncias, como nos mostram os casos do jogo e do consumo compulsivo. Existem também diferenças culturais, como, por exemplo, as presentes entre os russos beberrões e os moderados italianos. Para Courtwright todas essas explicações são verdadeiras, porém a exposição é a pré-condição para o uso compulsivo e a responsável pelas externalidades – efeitos que ultrapassam a esfera daqueles que as consomem – desse comércio. A propagação das drogas são irremediáveis e provocam inúmeras consequências imprevistas, como emblematicamente nos mostra a “revolução do cigarro” promovida por Buck Duke, que superou todas as formas de uso do tabaco existentes até o final do século XIX e expandiu de forma extraordinária o consumo dessa droga ao longo do século XX. Vendido já enrolado e queimado de forma rápida, se adaptava perfeitamente a rotina industrial. Além da estratégia comercial extremamente exitosa, tal empreendimento gerou uma série de externalidades favoráveis ao consumo, como a invenção e a domesticação do fogo pelo isqueiro. Apesar da redução das vendas nos países centrais, geradas pelas descobertas médicas que apontavam graves riscos à saúde, as vendas do produto continuaram crescendo graças à ampliação demográfica e à expansão das vendas para os países em desenvolvimento. Um exemplo como a história desse comércio é, para todas as drogas, uma história de expansão.

As drogas não são apenas objetos de um excelente mercado, são também instrumentos utilizados pelas elites políticas ocidentais na subjugação de outros povos e de seus próprios trabalhadores, conforme apresentado na terceira e última parte do livro intitulada *Drugs and Power*. As drogas são os melhores lenitivos para o trabalho monótono e para combater o tédio da vida rural e urbana. Os gastos dos trabalhadores com elas, assim como o jogo e a prostituição, seria o principal impeditivo para a acumulação e a ascensão social, além de ser um risco para a família. Até mesmo em animais essas substâncias são utilizadas com objetivos diversos. Guerras, prostituição e escravidão seriam as principais formas de disseminação de uso. As primeiras drogas – tabaco e destilados – no início século XVII geraram suspeita, proibições e violentas sanções. No final do século XVII todos os governantes mudaram de política, impondo taxações e monopólios de vendas, graças às pressões financeiras dos nascentes estados que não podiam deixar de lado tão volumoso aporte de recursos. Altas taxas e monopólio geraram graves problemas e exigindo regulações e fiscalizações extras, fato que acabou forçando os governos a baixarem as taxas até um ponto ótimo, incapaz de elevar o consumo e de estimular o contrabando.

Porém, no início do século XX, essas mesmas elites modificaram sua postura e passaram a restringir o comércio. Foram cinco os argumentos que levaram a essa mudança: os usuários de drogas estão sujeitos a acidentes graves e ameaçam outras pessoas; as drogas geram violência; são desaprovadas pelas religiões verdadeiras; faziam parte de hábitos de grupos étnicos específicos que ameaçavam a coletividade; ameaça ao futuro – degeneração. A essas causas ainda se soma a vulnerabilidade dos jovens. Os problemas com o abuso passaram a ameaçar o próprio processo industrial que facilitou sua produção e distribuição, fato perceptível tanto nos discursos dos burgueses, quanto naqueles da elite operária que viam as drogas como obstáculo a obtenção de consciência de classe. O desenvolvimento de novas drogas não perigosas – como a aspirina, que criou alternativa segura ao ópio, e a novocaína, que fez o mesmo com a cocaína – e a campanha contra os remédios autorais levaram o discurso e a prática médica a apoiarem a causa defendida pelos religiosos. A primeira experiência proibicionista, ocorrida na China entre 1907-1911, mostrou que com vontade nacional e apoio internacional é possível diminuir bastante o número de usuários de drogas. Essa lição teria sido fundamental no desenvolvimento de um sistema internacional de controle de raiz humanitária no século XX.

As drogas estão dispostas em diversos graus de controle, que vão desde a livre comercialização e consumo (caféina e seus derivados) até a proibição total (cocaína, heroína, etc). A permissividade em relação à caféina é compreensível, pois sua nocividade é pouco perceptível e ela tem qualidades antidepressivas e estimulantes. Porém, o mesmo não ocorre com o álcool – uma droga tão perigosa quanto várias outras que são proibidas. A nocividade dessa substância e a do tabaco foram usadas, por diversos autores, para denunciar a hipocrisia das políticas de controle. Porém, não percebem que o movimento que proibiu as drogas também tentou proibir o álcool, sem êxito. Por que isso ocorreu? Por questões econômicas, sobretudo. O álcool e o tabaco eram importantes fontes de receitas dos estados, enquanto outras drogas não. Os interesses comerciais da Alemanha e da Turquia foram silenciados nas duas guerras mundiais, levando ao ostracismo a cocaína, heroína e outras. A cannabis, ao contrário de todas as outras drogas, se mundializou a revelia da vontade das elites europeias e, por isso, não tem uma indústria forte capaz de superar as pressões proibicionistas. Esse cenário, entretanto, vem se modificando com o desenvolvimento da indústria da cannabis medicinal. A preferência dos líderes mundiais, muitos deles consumidores de álcool e de tabaco, também contribuem para uma tolerância a esses produtos. A resistência da população às restrições é outro fator importante para avaliar porque a proibição funciona ou não.

Segundo Courtwright, a política proibicionista adotada tem sido exitosa até o momento, apesar dos altos custos, pois com breves exceções – início dos anos sessenta e início dos oitenta – os principais usuários de drogas ilegais têm sido setores marginalizados. Isso criaria um paradoxo: ao defender as classes médias e altas ele criaria uma base social de sustentação, apesar de ser

impossível de se concretizar. Esses efeitos classistas dão a sustentação à política, pois estes setores temem os efeitos de uma política liberalizadora, apesar do crescimento de um movimento legalizador marcado por um libertarismo reacionário pseudointelectual. Oposição mais formidável vem sendo feita pelos setores que utilizam as estratégias de redução de danos, que têm obtido notáveis êxitos com práticas moralmente monstruosas. Seu principal trunfo são os resultados em relação ao HIV, fato que levou todos os países ocidentais (com exceção dos belicosos EUA) a adotarem essas práticas. Também se percebe, por outro lado, um reforço do movimento da temperança que ganha força com as desastrosas consequências do alto consumo de álcool na atualidade. Nota-se, nesse ponto, que as estratégias de redução de danos são compatíveis com a maior restrição, vistas as estratégias utilizadas ultimamente em relação ao tabaco. Portanto, para Courtwright, cabe aos governos ajustar o atual modelo visando uma otimização dos recursos. A liberalização seria catastrófica e significaria um retrocesso de cem anos de políticas arduamente construídas.

Toda a história que se pretende geral e global sofre com as reduções provenientes de generalizações. Isso, entretanto, não retira o mérito da obra em apresentar as dinâmicas que culminaram na “revolução psicoativa”, um fato fundamental na história moderna que tende a ficar renegado a segundo plano nas análises que avaliam os fenômenos que construíram nossa sociedade contemporânea. Também são feitas algumas correlações interessantes, como, por exemplo, a importância da “revolução do cigarro” para pavimentar o caminho da expansão do “complexo da marijuana”. A expansão do cigarro certamente deixou os consumidores mais familiarizados com o hábito de fumar, fato que diminui o estranhamento com a prática de fumar cannabis.

Os argumentos apresentados, entretanto, denotam algumas limitações que comprometem o livro como um todo. O principal problema que precisa ser destacado é o extremo eurocentrismo. Ao pensar o consumo de drogas como uma questão de exposição, amplas áreas do globo que apresentam culturas milenarmente ligadas ao consumo de alguns fármacos – ópio na Euroásia e coca na América - são consideradas ameaças à civilização ocidental. Isso justifica uma política de extermínio físico e cultural em populações já tradicionalmente pauperizadas, colocando-as em contato direto com grupos criminosos que se fortalecem econômica e politicamente com a proibição. Isso é notório no atual processo de heroïnização da produção do ópio que ocorre na Ásia e na expansão do consumo e da produção de derivados da coca na América do Sul. Maior intolerância, entretanto, é desferida contra as religiões xamânicas e aos veículos de transe que são parte integrante de seus rituais místicos. “Essas são falsas religiões, ídolos químicos que distraem os fiéis e levando-os ao caminho da autodestruição”¹ Inadmissível, no interior de estados

1 “They are false religions, chemical idols that distract the faithful and lead them down the path of self-destruction” - tradução sugerida.

minimamente laicos, que tais argumentos sejam considerados. A liberdade religiosa é um princípio básico dos Estados Democráticos de Direito, e a perseguição à idolatria não pode ser tolerada sob a falsa etiqueta da defesa da saúde pública.

Outro ponto controverso é sobre o papel dos médicos nesse processo. Para Courtwright, o avanço da medicina, particularmente as estatísticas na segunda metade do século XIX, permitiu a construção de um consenso na classe médica do perigo dessas substâncias. Assim, os médicos somaram-se na luta dos clérigos pela restrição desse comércio. Essa ideologia supostamente humanitária esconde o fato que o controle do acesso a essas substâncias era elemento fundamental na luta contra outras práticas médicas existentes na época e com o conhecimento terapêutico popular. Esse controle, junto com os avanços da revolução pausteriana, foram fundamentais para que a medicina hipocrática ocidental se tornasse monopólio defendido pelo Estado e hegemônica a partir da segunda metade do século XX. Tal hegemonia trouxe inúmeros problemas sociais: iatrogênese clínica causada pelos diagnósticos e terapêuticas oficiais isentas de controle social externo; iatrogênese social que significa a perda de autonomia e de controle do meio, graças a construção do doente como passivo e dependente do médico; iatrogênese cultural, referente à destruição dos recursos culturais para lidar com as enfermidades, os problemas, a doença e a morte. O resultado é a expropriação da saúde da população e a constituição de um complexo industrial que privilegia os interesses financeiros em detrimento da saúde da pública. Todos aqueles que se opõe a essa tutela são pensados como “tolos ou idiotas”².

Por último, é importante considerarmos um ponto bem observado por Courtwright: a atual política de proibição consegue conter a dissidência farmacológica oficial as custas da vulnerabilização das classes sociais mais baixas. Outra consequência é o envenenamento dos dissidentes pelas adulterações, fato que explica o sucesso da redução de danos. Para o autor, essas são consequências aceitáveis de um sistema de controle necessário e a redução de danos algo “moralmente abominável”³, porque passaria a “mensagem errada para os jovens”⁴. Discorda-se dessa posição. Um Estado Democrático de Direito tem que zelar pela saúde da população como um todo, sendo inadmissível que os mais pobres e vulneráveis, por um lado, e os dissidentes farmacológicos, por outro, sejam alvo de violência estatal e de envenenamentos em nome de uma suposta defesa da saúde pública que, na prática, é a defesa de uma parcela da sociedade.

A civilização é produtora de um mal estar, uma forma de prisão, fato que o próprio Courtwright concorda. Cabe ao Estado proibir qualquer forma de lenitivo? Qual o papel dessas substâncias na sociedade contemporânea? Para Courtwright, elas são o novo “fruto proibido”⁵,

2 “damn fool” - tradução sugerida.

3 “Harm reduction saves lives, but it is also moral eyesore”

4 “Descriminalization and needle exchange send the wrong signals to young people”

5 “Genesis tells us that Adam and Eve could not abide by it in the old Eden. It is hard to imagine that our prospects ar

precisando ser evitadas a todo o custo, mesmo que isso seja contra os princípios básicos do Estado Democrático de Direito. Como dificilmente voltaremos a um estágio de nômades caçadores-coletores, teremos que apreender a lidar com as drogas. Por isso, ao invés do Estado promover uma política terrorista sustentada na ignorância da população, cabe à ele ampliar as políticas de promoção à saúde, principalmente as de redução de danos, para toda a sociedade, objetivando criar uma cultura farmacológica capaz de reduzir os custos sociais do uso de drogas e ampliar a autonomia dos cidadãos. A liberdade responsável deve ser entendida como um pressuposto da vida civilizada, fundamento dos Estados laicos, socialistas e democráticos.